



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



PROCESSO	11030.721159/2017-87
ACÓRDÃO	2101-002.943 – 2 ^a SEÇÃO/1 ^a CÂMARA/1 ^a TURMA ORDINÁRIA
SESSÃO DE	6 de novembro de 2024
RECURSO	VOLUNTÁRIO
RECORRENTE	COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Período de apuração: 01/04/2014 a 31/12/2016

COMPENSAÇÃO EFETIVADA EM GFIP. DIREITO CREDITÓRIO CONTROVERSO. COMPENSAÇÃO REALIZADA ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA RESPECTIVA DECISÃO JUDICIAL. ART. 170-A DO CTN. LANÇAMENTO ADEQUADO AO CONTROLE DE LEGALIDADE.

A compensação para extinção de crédito tributário só pode ser efetivada com crédito líquido e certo do contribuinte, sujeito passivo da relação tributária, sendo que o encontro de contas somente pode ser autorizado nas condições e sob as garantias estipuladas em lei. O procedimento de compensação é uma faculdade conferida ao contribuinte que deve comprovar de forma inequívoca ter dela se utilizado nos termos da lei. Nos termos do art. 170-A do Código Tributário Nacional, é vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, rejeitar a preliminar e negar provimento ao recurso.

Sala de Sessões, em 6 de novembro de 2024.

Assinado Digitalmente

Roberto Junqueira de Alvarenga Neto – Relator

Assinado Digitalmente

Antonio Sávio Nastureles – Presidente

Participaram da sessão de julgamento os julgadores Cleber Ferreira Nunes Leite, Roberto Junqueira de Alvarenga Neto, Ricardo Chiavegatto de Lima (substituto[a] integral), Henrique Perlatto Moura (substituto[a] integral), Ana Carolina da Silva Barbosa, Antonio Savio Nastureles (Presidente).

Ausente o conselheiro Wesley Rocha, substituído pelo Henrique Perlatto Moura.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pela COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA em face do Acórdão nº 15-44.088, que rejeitou a manifestação de inconformidade e manteve o Despacho Decisório nº 240/2017, que considerou indevidas e glosou as compensações declaradas pelo contribuinte nas Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP relativas às competências 04/2014, 05/2014, 08/2014 e 12/2016, cujos valores totais alcançaram R\$ 5.391.398,29 (cinco milhões trezentos e noventa e um mil trezentos e noventa e oito reais e vinte e nove centavos).

De acordo com o Despacho Decisório, a recorrente informou que o crédito utilizado nas compensações se origina no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre verbas indenizatórias (férias não gozadas, aviso prévio indenizado, primeiros quinze dias de afastamento por auxílio-doença e acidentário, adicional de horas extras, adicional noturno e décimo terceiro salário).

O Acórdão nº 15-44.088 rejeitou a manifestação da inconformidade por força do art. 170-A do CTN. No caso em concreto, se verificou que a recorrente possui duas ações judiciais questionando a validade da relação jurídica que a obrigava ao recolhimento das contribuições previdenciárias sobre as ditas “verbas indenizatórias”.

A recorrente, por sua vez, alegou que a compensação se refere apenas as rubricas de terço de férias, aviso prévio indenizado e 15 primeiros dias de afastamento. Além disso, apontou que a compensação não foi realizada “com base em entendimento próprio, observando (...) a jurisprudência consolidada dos órgãos superiores do Poder Judiciário”.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Os autos foram remetidos ao CARF para julgamento.

É o relatório.

VOTO

Conselheiro **Roberto Junqueira de Alvarenga Neto**, Relator

1. Admissibilidade

O Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Decreto n° 70.235/72. Portanto, o recurso deve ser conhecido.

2. Preliminar

A recorrente arguiu, em sede de preliminar, a nulidade do lançamento, sob a justificativa de que o “despacho decisório confronta nitidamente com a definitiva jurisprudência pátria, sendo este nulo, de pleno direito, por desobedecer à ordem judicial emanada do Eg. STJ, que declara em recurso repetitivo, com efeitos para todos os contribuintes em território nacional, que a contribuição previdenciária patronal não deve incidir sobre aviso prévio indenizado, terço constitucional de férias e 15 dias que antecedem o auxílio-doença e que, portanto, todos os valores recolhidos indevidamente devem ser devolvidos ao contribuinte, seja em moeda ou através de compensação”.

A recorrente completa: “a compensação realizada pela Requerente se deu com base no precedente proferido pelas Cortes Superiores, conforme lhe ampara o sistema jurídico vigente, na esfera administrativa, independentemente de ação judicial individual e, portanto, inaplicável o artigo 170-A, do CTN”.

As alegações declinadas pela recorrente para que seja reconhecida a nulidade do Despacho Decisório tangencia questões de mérito, qual seja: aplicabilidade do art. 170-A do CTN ao caso concreto.

Por tal razão, rejeito a preliminar suscitada.

3. Mérito

Conforme adiantado, a recorrente possui duas ações em curso, questionando a validade da relação jurídica que a obrigava ao recolhimento das contribuições previdenciárias sobre as ditas “verbas indenizatórias”, conforme discriminativo abaixo:

i. Ação Ordinária nº 5002865-67.2012.4.04.7104

- Ajuizada em 23/04/2012
- Objeto:

“(a) a restituição dos valores vertidos a título de contribuição previdenciária (inclusive RAT e terceiros) incidente sobre as verbas pagas na condição de férias gozadas ou compradas (e respectivo adicional), primeiros quinze dias que antecedem o auxílio-doença e o auxílio-acidente, auxílio-creche e quebra de caixa, reconhecendo a natureza indenizatória das referidas verbas; (b) a devolução de toda espécie de contribuição previdenciária suportada que venha a incidir sobre parcelas consideradas indenizatórias;

(c) a declaração da natureza de outras verbas em que incidem contribuição previdenciária, abordando férias, salário maternidade, adicional de horas extras, adicional noturno, adicional de insalubridade e outros que porventura venham a ser caracterizado por essa natureza pela jurisprudência pátria até o julgamento da lide”.

➤ Sentença parcialmente favorável publicada em 25/02/2013:

“e) no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos veiculados por COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA (matriz e filiais qualificadas no contrato social do E1 - CONTR1) contra a UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, para os efeitos de:

e.1) declarar a existência de relação jurídico-tributária que as obrigue ao recolhimento da contribuição previdenciária (inclusive RAT e terceiros) sobre os valores pagos nos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de doença ou acidente (antes da obtenção do auxílio-doença) e sobre a parcela denominada auxílio quebra de caixa, nos termos do art. 22, I, da Lei nº 8.212/91;

e.2) declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que as obrigue ao recolhimento da contribuição previdenciária (inclusive RAT e terceiros) sobre os valores pagos a título de férias indenizadas (não gozadas ou compradas) e respectivo adicional, aviso prévio indenizado e auxílio-creche, condenando a requerida a restituir o montante respectivo desde 14/07/2006, incluídos eventuais valores recolhidos a partir do ajuizamento desta ação, a ser apurado em liquidação de sentença, nos termos delineados na fundamentação.

(...)

Em caso de compensação, somente poderá ocorrer após o trânsito em julgado da sentença, a teor do art. 170-A do CTN.”

- Acórdão que confirmou a sentença foi publicado em 30/10/2013.
- Trânsito em julgado certificado em 08/03/2022.

ii. **Mandado de Segurança nº 5002865-67.2012.4.04.7104**

- Impetrado em 09/10/2013

- Objeto:

“a) férias gozadas pelo funcionário; (b) terço constitucional de férias; (c) salário maternidade; (d) adicional de horas extras; (e) adicional noturno e (f) décimo terceiro salário”.

- Sentença parcialmente favorável publicada em 16/05/2014:

“Isso posto, reconheço a prescrição dos valores recolhidos no quinquênio que antecede a ação e, no mérito, **julgo parcialmente procedente** o pedido formulado pela parte impetrante nesta ação, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC, para **(a) declarar** a inexigibilidade da contribuição previdenciária - cota patronal - incidente

sobre o **adicional de um terço de férias** pago pela parte impetrante e a consequente inexistência de relação jurídica que justifique os pagamentos efetuados pela parte impetrante a título da contribuição em questão, bem como para **(b) declarar** o direito da parte impetrante à compensação dos valores indevidamente pagos a esse título, devidamente acrescidos da taxa SELIC, observadas as disposições legais aplicáveis, respeitada a prescrição quinquenal e **observado o disposto no art. 170-A do CTN**, nos termos da fundamentação”.

(...)

*Deve ser acolhido, ainda, o pedido de compensação do indébito, observada a prescrição quinquenal nos termos do decidido alhures. Tendo sido ajuizada a **presente ação já na vigência do art. 170-A do CTN**, segundo o qual 'é vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial', e **envolvendo a presente ação alegação de constitucionalidade de lei, admissível a compensação apenas após o trânsito em julgado**.*

- O julgamento que reformou parcialmente a sentença foi realizado em 07/10/2014:

“Diante do exposto, voto por dar parcial provimento ao apelo da impetrante e negar provimento ao apelo da Fazenda Nacional e à remessa oficial, na forma da fundamentação.”

(...)

“Cumpre, ainda, observar que a Lei Complementar n.º 104, de 11 de janeiro de 2001, introduziu no CTN o art. 170-A, vedando a compensação, mediante aproveitamento, de tributo objeto de contestação judicial, antes do trânsito em julgado da respectiva sentença.”

- Não houve trânsito em julgado da decisão.

Conforme adiantado, as compensações foram realizadas nas competências de 04/2014, 05/2014, 08/2014 e 12/2016, portanto em período posterior ao ajuizamento das ações e, sem dúvidas, após ter sido proferida a sentença judicial favorável quanto ao aviso prévio indenizado e desfavorável quanto aos 15 primeiros dias que antecedem o auxílio-doença.

Quanto ao terço de férias, o mês de transmissão da GFIP referente a competência de 04/2014 coincide com o mês que foi proferida a sentença favorável, qual seja: 05/2014.

Nesse sentido, em 26/02/2014, o STJ julgou o “caso Hidrojet”, sob a sistemática dos recursos repetitivos, e entendeu pela não incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional, o aviso prévio indenizado e quinze dias de afastamento por motivo de doença. E é justamente com base nessa decisão do STJ, em linhas gerais, que a recorrente defende a correção no procedimento compensatório.

Ocorre que o artigo 170-A do CTN é expresso no sentido de que “é vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial”.

O STJ, inclusive, fixou, em 02/09/2010, tese no seguinte que o art. 170-A do CTN é aplicável aos casos em que há superveniente reconhecimento da ilegalidade do tributo:

Tema Repetitivo nº 346

Tese fixada: Nos termos do art. 170-A do CTN, 'é vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial', vedação que se aplica inclusive às hipóteses de reconhecida constitucionalidade do tributo indevidamente recolhido.

Registra-se que as decisões judiciais proferidas nos processos judiciais na qual a recorrente é parte não afastaram o art. 170-A do CTN, pelo contrário, reforçaram sua aplicação, como destacado acima.

Assim, é correto o entendimento do acórdão recorrido no sentido de que o “reconhecimento da constitucionalidade do tributo, o contribuinte precisa aguardar o trânsito em julgado da ação na qual é parte, para que possa proceder à compensação”.

Por todo o exposto, deve ser negado provimento ao Recurso Voluntário.

4. Conclusão

Ante ao exposto, CONHEÇO do recurso voluntário, REJEITO a preliminar e NEGOLHE PROVIMENTO.

É como voto.

Assinado Digitalmente

Roberto Junqueira de Alvarenga Neto